

# Bioeconomia como estratégia

Por Marcio Sztutman

Valor, 06/05/2026

## O PNDBio reposiciona o Brasil diante do desafio da transição climática

O lançamento do Plano Nacional de Desenvolvimento da Bioeconomia (PNDBio), no início de abril, marca mais do que uma nova política pública. Ao incorporar a bioeconomia à estratégia econômica do país, o plano reposiciona o Brasil diante dos desafios de investimento, competitividade e transição climática.

Embora iniciativas anteriores tenham tratado do tema, o PNDBio inaugura um esforço inédito de articulação, em escala nacional, entre meio ambiente, política econômica, agricultura, indústria, ciência e inovação, alinhado à reconfiguração das economias globais rumo a bases de baixo carbono e maior valor agregado.

Esse caráter transversal não é trivial. O plano nasce sob coordenação de diferentes áreas do governo, refletindo uma mudança de posicionamento. A bioeconomia deixa de ser tratada como tema periférico e passa a ocupar um espaço estruturante na agenda sobre crescimento, geração de renda e resposta à transição climática. O desafio, no entanto, é transformar essa convergência política em coordenação efetiva da execução, com responsabilidades claras, previsibilidade regulatória e capacidade de correção de rumos. Sem essas condições, torna-se improvável que o setor privado mobilize sua parcela de atribuições - ainda que parte das inovações já venha emergindo do próprio mercado.

O PNDBio organiza-se em três eixos centrais: sociobioeconomia e ativos ambientais, bioindustrialização competitiva e produção sustentável de biomassa. Essa estrutura permite compreender a bioeconomia como sistema integrado, conectando território, cadeias produtivas e inovação. Para tanto, exige instrumentos que assegurem coerência entre esses componentes, evitando que avancem de forma desarticulada, comprometendo escala e impacto.

Uma das inovações do plano é a adoção de metas com horizonte temporal definido, vinculadas a indicadores de acompanhamento. Esse modelo reflete o conceito de política baseada em evidência, no qual métricas, custos e impactos observáveis orientam decisões de priorização e ajuste de rota - uma prática ainda rara em políticas de desenvolvimento no país. Nesse contexto, a efetividade do plano depende de sistemas robustos de monitoramento e avaliação. Sem isso, suas metas ambiciosas tendem a perder tração ao longo do tempo. Por outro lado, a disponibilização contínua de informações de qualidade não apenas fortalece a capacidade de gestão do governo, como também estimula o engajamento do setor privado e da sociedade na avaliação de resultados e na proposição de melhorias.

Outro elemento de destaque no PNDBio são as salvaguardas socioambientais. O plano reconhece que a expansão de cadeias baseadas em recursos biológicos deve ocorrer sem conversão de vegetação nativa e com geração de benefícios sociais. Essa diretriz é particularmente relevante no eixo de biomassa, que apresenta elevado potencial de crescimento, mas também riscos conhecidos.

A experiência brasileira demonstra que a expansão produtiva, quando desacompanhada de monitoramento e governança territorial, pode gerar pressões significativas sobre recursos naturais e meios de vida de comunidades. Transformar salvaguardas em práticas concretas

exigirá, portanto, sistemas eficientes de detecção, além de capacidade institucional de atribuição de responsabilidade e intervenção corretiva.

A sociobioeconomia, por sua vez, ocupa papel estratégico ao reconhecer povos indígenas, comunidades tradicionais e agricultores familiares como agentes econômicos. Essa abordagem amplia a base produtiva da bioeconomia e reforça sua conexão com os territórios. Além de seu valor social intrínseco, uma sociobioeconomia bem estruturada contribui para reduzir riscos operacionais, melhorar a estabilidade de fornecimento e ampliar a legitimidade das cadeias produtivas perante mercados internacionais. Iniciativas voltadas à estruturação de ecossistemas empreendedores regionais, com apoio a redes produtivas, acesso a crédito e estímulo à inovação, apontam para um caminho capaz de combinar diversificação econômica e geração de valor local.

O plano também dialoga com a agenda de reindustrialização verde, ao buscar conectar biodiversidade à indústria e a novos mercados. Essa transição pode reposicionar o Brasil em cadeias globais de valor, reduzindo a dependência de setores intensivos em carbono e ampliando oportunidades em segmentos de maior valor agregado. Para isso, será essencial avançar na articulação entre política industrial, ciência, inovação e instrumentos de financiamento.

É justamente nesse ponto que emerge uma das principais lacunas. Embora o plano apresente direções e instrumentos iniciais, ainda não há clareza sobre o volume de investimento necessário, nem sobre a combinação entre crédito, garantias, instrumentos fiscais e capital paciente capaz de viabilizar projetos nas diferentes etapas de maturidade tecnológica. A mobilização coordenada de capital público e privado, em volumes compatíveis com a ambição da política, será determinante para sua efetividade. Sinalizações claras de política pública são determinantes para reduzir percepção de risco e destravar investimentos.

Esse desafio de execução reforça a importância do próprio processo de construção do PNDBio. A experiência mostrou que políticas públicas complexas ganham força quando são ancoradas em escuta qualificada, evidências técnicas e diversidade de perspectivas, ampliando sua legitimidade e criando condições para coordenação e implementação ao longo do tempo. Em uma agenda transversal como a bioeconomia, essa base é decisiva para alinhar interesses, reduzir riscos e sustentar a política para além do seu lançamento.

Monitoramento, financiamento e governança formam, portanto, o núcleo crítico da implementação. Sem esses elementos, há risco de fragmentação e baixa capacidade de entrega. Com eles, o país pode avançar na construção de uma estratégia que combine crescimento econômico, conservação e inclusão produtiva.

O plano entra em sua fase mais exigente. A bioeconomia pode se consolidar como vetor relevante de crescimento econômico no Brasil. Mas, como em toda política moderna de desenvolvimento, o diferencial não estará no plano em si, e sim na capacidade de convertê-lo em investimento, coordenação e execução consistente.

**Marcio Sztutman é diretor-executivo da The Nature Conservancy (TNC) Brasil.**